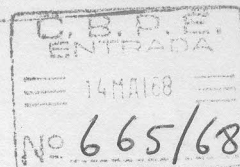
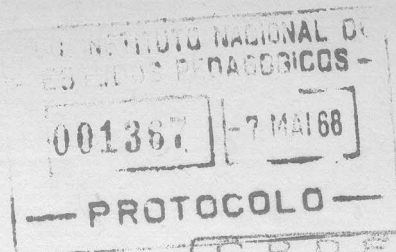


MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
SECRETARIA GERAL



OFÍCIO CIRCULAR Nº 38/SG/BSB Brasília, em 9 de abril de 1968.

DO: Secretário Geral do Ministério da Educação e Cultura

AO: Diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos da Guanabara

Assunto: Encaminha Relatório.

Senhor:

Tenho a honra de encaminhar à sua elevada consideração, como vimos fazendo regularmente, ao final de cada mês, o relatório das atividades desta Secretaria Geral no mês de março do ano de 1968.

2. Estamos convencidos, tais são os termos expressos dos agradecimentos recebidos pela providência adotada, de que esses relatórios servem para mostrar, sobretudo à distância, onde se encontram representantes deste Ministério o que vem sendo realizado nesta casa da Educação e da Cultura.

3. Sirvo-me do presente para renovar a Vossa Senhoria protestos de estima e consideração.

ÉDSON FRANCO
Secretário Geral

EF/mpm.

A' Prof. Elza Rodrigues
Vist
8.5.68

RELATÓRIO

Secretaria Geral - MEC
março 1968

C.B.P.E.
EX-11202
CLASSE
Nº 579/68

MEC. INSTITUTO NACIONAL
- ESTUDOS PEDAGÓGICOS -
[001183] 22 ABR 68

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
SECRETARIA GERAL

PROTOCOLO--

OFÍCIO CIRCULAR Nº 38/SG/BSB Brasília, em 9 de abril de 1968.

DO: Secretário Geral do Ministério da Educação e Cultura

AO: Diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos

Assunto: Encaminha Relatório.

22/1/8
30.11.68
[Signature]

Senhor:

Tenho a honra de encaminhar à sua elevada consideração, como vimos fazendo regularmente, ao final de cada mês, o relatório das atividades desta Secretaria Geral no mês de março do ano de 1968.

2. Estamos convencidos, tais são os termos expressos dos agradecimentos recebidos pela providência adotada, de que êsses relatórios servem para mostrar, sobretudo à distância, onde se encontram representantes dêste Ministério o que vem sendo realizado nesta casa da Educação e da Cultura.

3. Sirvo-me do presente para renovar a Vossa Senhoria protestos de estima e consideração.

[Signature]

ÉDSON FRANCO

Secretário Geral

EF/mpm.

Secretaria P.L.S.
Documentação
23/4/68
[Signature]

Anti. A. Documentação
Prof. Elza Rodrigues
[Signature]
23.4.68

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
SECRETARIA GERAL

Ofício nº 622/68/SG/GB

Em, 1º de abril de 1968

Do Secretário Geral do Ministério da Educação e Cultura

Ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Educação e Cultura

Assunto: Relatório das atividades do mês de março de 1968

Senhor Ministro:

Retornando de Pôrto Alegre, onde se encontra instalada o Governo da República, com a presença do Excelentíssimo Senhor Presidente, o Marechal Arthur da Costa e Silva, exatamente no primeiro dia do mês de abril, cumpro-me efetuar a Vossa Excelência o relatório das atividades desta Secretaria Geral correspondente ao mês de março. Preliminarmente, devo ressaltar a imensa colaboração recebida por parte dos diretores deste Ministério no desenvolvimento das nossas atividades básicas, bem como o excepcional esforço de uma equipe de trabalho com que conta Vossa Excelência nesta Secretaria Geral. Pessoalmente vi-me participante, durante o mês, de uma reunião ordinária e outra extraordinária do Conselho Federal de Educação, fato que ocorreu no período de 4 a 8 de março e de 11 a 15 de março, além de outras atividades paralelas às funcionais, representadas, sobretudo, por palestras efetuadas para auditórios diversos, referentemente aos assuntos educacionais. Não se registrou nenhuma anormalidade funcional no trabalho desta Secretaria e as previsões efetuadas configuraram-se realizadas na medida das possibilidades de esforço individual e na razão do condicionamento adotado. Para melhor elucidação de Vossa Excelência quanto ao labor desenvolvido, permito-me respeitosamente indicar, entre outros, os principais fatos e atos que caracterizaram o mês ora relatado.

CENTRO DE ENSINO TÉCNICO DA AMAZÔNIA - Conforme o estabelecido pelo Conselho Deliberativo da SUDAM, foi realizada reunião do Colegiado em 4 de março. Na mesma, atendendo aceitação de Vossa Excelência e mediante entendimento prévio com o ilustre Diretor da Diretoria do Ensino Industrial, apresentei proposta perante à Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia, pela qual sugeria a criação do Centro aqui mencionado. A proposta foi lavrada nos seguintes termos:

"Tendo em vista nosso contato pessoal com a Diretora da Divisão de Recursos Humanos dessa Superintendência, conforme manifestação de Vossa Excelência na 1ª Reunião do Conselho Deliberativo

da SUDAM, realizada em 4 de março corrente, e, por solicitação da mesma Diretora, vimos renovar, mui respeitosamente, a Vossa Excelência, nossa proposta alusiva ao pronunciamento feito sôbre o Projeto intitulado CENTRO DE ENSINO TÉCNICO DA AMAZÔNIA (CETEAM).

2. - ANTECEDENTES - É de afirmar que a Secretaria Geral do Ministério da Educação e Cultura foi procurada, em fins de julho de 1967, por integrantes do Departamento de Recursos Humanos da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), os quais pleiteavam a assinatura de um convênio com a participação daquele órgão de desenvolvimento regional, do Ministério da Educação e Cultura e de um Governo de Estado daquela área para a instituição, no Nordeste, do CENTRO DE ENSINO TÊCNICO, mais tarde denominado CENTRO DE ENSINO TÉCNICO DO NORDESTE (CETENE).

Examinado o assunto pelo Ministério da Educação e Cultura, através de sua Secretaria Geral e da Diretoria do Ensino Indus-trial, pelo Ministério do Planejamento e da Coordenação Geral, através do Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA) com o qual manteve-mos contato, foi possível que, em agosto de 1967, por ocasião da visita do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Marechal Arthur da Costa e Silva e do Ministro Tarso Dutra à Região, fôsse celebrado o convênio proposto. Criava-se, por aquêle ato, o CENTRO DE ENSINO TÊCNICO DO NORDESTE, com sede no Estado do Rio Grande do Norte, com a partipação dêsse Estado, e com a área de ação em todo o Nordeste, mediante um sistema de recrutamento previsto e um programa de bolsas de estudo para a preparação e treinamento de técnicos de nível médio e professôres de disciplinas de currículo integrantes de tais cursos.

Eis que, Senhor Superintendente, dada nossa participação no Conselho Deliberativo da SUDAM, tão exemplarmente dirigido por Vossa Excelência, nos sentimos impelidos a formular semelhante proposição, com amplos horizontes para a política de desenvolvimento que enceta êsse órgão na Região Amazônica.

3. - OBJETIVOS DO CENTRO - O CENTRO teria por objetivo:

- a) formação e treinamento de professôres de ensino técnico;
- b) formação e treinamento de pessoal (em serviço ou fora dêle) capaz de oferecer à Região um "ca-pital humano" para a mão-de-obra especializada, tanto requerida;
- c) realização de cursos intensivos de curta e média duração para as áreas de recursos humanos tendo em conta os projetos levados a efeito pela SUDAM;
- d) finalmente, difusão de um programa de bôlsas de estudo, para os concluintes dos cursos do CENTRO em outros órgãos similares ou mais avançados, com finalidades de aperfeiçoamento do capital humano conseguido.

4. - PARTICIPAÇÃO - Tendo em vista o que ocorreu com o Nordeste, somos de propor que a SUDAM ofereça recursos tais que impliquem na

constituição física, em uma das unidades educacionais com ociosidade operacional, daquelas dependências indispensáveis ao funcionamento do CENTRO, bem como a manutenção parcial de suas atividades, pelo menos, por um triênio. Ao Ministério da Educação e Cultura competiria oferecer o pessoal técnico indispensável bem como concorrer parcialmente à manutenção do referido CENTRO pelo mesmo triênio. Finalmente, no Estado onde vier a se localizar o CENTRO, seu Governo assumiria o compromisso, após determinado período de carência, de manter, livre da contribuição do órgão regional e do Ministério da Educação e Cultura, tal CENTRO com a mesma amplitude de programação para a área, dado o caráter de "integração regional" que deve presidir todos os programas dessa Superintendência.

5. - COLABORAÇÃO PRELIMINAR - Dado que poderá a matéria, se examinada rapidamente, ser objeto de convênio quando na Amazônia se fixar o Governo Federal, desde logo o Ministério da Educação e Cultura se compromete a oferecer pessoal técnico de planejamento e pessoal técnico para a administração do ensino, capaz de concorrer à programação do aqui solicitado. Para tanto bastará uma comunicação dessa Superintendência a respeito do assunto.

Esperando, como só ter ocorrido, na reunião ordinária do Conselho Deliberativo da SUDAM, sua melhor atenção ao problema, ouse renovar a Vossa Excelência, neste ensejo, protestos do meu mais respeito ao aprêço e sincera consideração.

Em, 4 de março de 1968".

Ficou de ser examinada, convenientemente, a matéria, havendo o Governo do Estado do Pará, por seu Titular, referido sobre as possibilidades de, em tal Estado, ser constituído o órgão de desenvolvimento educacional aqui citado.

II SEMANA DE ESTUDOS COLTED - Com uma programação adequadamente prevista realizou-se, em São Paulo, no período de 4 a 9 de março, a II Semana de Estudos COLTED com o objetivo duplo de, analisando a esquemática de trabalho para a terceira fase do Programa Prioritário de Livros-Texto, estudar, de modo amplo, o sistema de utilização dos livros, bem como as diversas modalidades de selecioná-los para indicação de aquisição por parte da COLTED. Durante a Semana de Estudos, cujos preparativos corresponderam ao êxito de seu desenvolvimento, efetuou-se uma pequena palestra, sobre o tema A IMPORTÂNCIA DO PROGRAMA COLTED. Durante o encontro ficou estabelecido que, nos Estados, serão constituídas Comissões Estaduais da COLTED (CELTEDES) com a finalidade de indicar as escolas dos três níveis de ensino, número de seus alunos e os livros preferidos pelos professores para os efeitos de aquisição e doação às escolas.

PROGRAMA ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO - PROJETOS PRIORITÁRIOS - Ainda nos primeiros dias do mês de março foi encerrado o trabalho de elaboração do Programa Estratégico de Desenvolvimento, em sua revisão final, especialmente quanto aos "projetos prioritários das áreas estratégicas" havendo Vossa Excelência cientificado o Ministério do Planejamento e da Coordenação Geral de sua concordância quanto ao texto apresentado, com as emendas sugeridas, através Aviso nº 133, de 14 de março de 1968.

Constituem projetos prioritários, de acordo com o aprovado no Orçamento para 1968, os seguintes:

1. Plano Nacional de Educação

- 252.1.0501 - Expansão, manutenção e aperfeiçoamento progressivo da rede nacional de ensino primário através de convênios com as Prefeituras, para atendimento aos Municípios e, excepcionalmente, com entidades privadas de ensino gratuito 30.515.000
- 252.1.0504 - Expansão e aperfeiçoamento progressivo da rede nacional de ensino primário através de convênios diretos com os Estados, Distrito Federal e Territórios para atendimento aos Estados, Municípios, entidades públicas e excepcionalmente, com entidades privadas de ensino gratuito 22.200.000
- 253.1.0506 - Expansão da rede de ensino médio, compreendendo despesas a serem realizadas com o objetivo de alcançar as metas quantitativas e qualitativas preconizadas pelo Plano Nacional de Educação (Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961), compreendendo obras, equipamentos e instalações, mediante aplicação sob a forma de convênios com as Unidades da Federação, destacando-se a parcela correspondente à Secretaria Executiva do Plano Nacional de Educação 12.500.000
- 253.2.0512 - Manutenção e aperfeiçoamento progressivo da rede nacional de Ensino Médio, através de convênios diretos com os Estados, Distrito Federal e Territórios, para atendimento aos Estados, Municípios, entidades públicas e particulares de ensino conforme programação especial do Plano Nacional de Educação, de acordo com a Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, destacando-se a parcela correspondente ao Plano Nacional de Educação 19.440.000

2. Departamento Nacional de Educação

- 252.1.0503 - Criação e manutenção de Escolas ao longo das Fronteiras 1.100.000

3. Diretoria do Ensino Secundário

- 253.1.0644 - Equipamento de Oficinas dos Ginásios Orientados para o trabalho mediante convênio 3.300.000
- 253.1.0649 - Financiamento a Ginásios e Colégios Secundários 100.000

4. Diretoria do Ensino Agrícola

256.1.0635	- Desenvolvimento dos Estabelecimentos de Ensino Agrícola	2.009.000
256.1.0636	- Desenvolvimento dos Estabelecimentos de Economia Doméstica	400.000

5. Diretoria do Ensino Industrial

256.1.0565	- Reequipamento de Oficinas e Escolas Técnicas mediante convênio com o Organismo Internacional (BID)	200.000
256.1.0564	- Amortização de Financiamento para Reequipamento de Escolas Industriais	6.939.500

II - PROGRAMAS DE FORMAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA

1. Diretoria do Ensino Industrial

256.2.0562	- Preparação de Mão-de-Obra Industrial...	5.000.000
------------	---	-----------

2. Diretoria do Ensino Agrícola

268.1.0639	- Preparação de Tratoristas	241.000
------------	-----------------------------------	---------

III - PROGRAMAS DE TREINAMENTO E APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DOCENTE E ADMINISTRATIVO

1. Aperfeiçoamento do Magistério Primário

268.2.0537	- Programa de Aperfeiçoamento do Magistério Primário (PAMP) mediante convênios	3.500.000
------------	--	-----------

2. Diretoria do Ensino Secundário

268.2.0651	- Treinamento de pessoal docente não qualificado	2.916.000
268.2.0652	- Aperfeiçoamento de pessoal docente, técnico e administrativo	1.200.000
268.2.0654	- Centros de Treinamento e Aperfeiçoamento de professores - manutenção e atividades	900.000

3. Diretoria do Ensino Industrial

256.2.0559 * Treinamento e Aperfeiçoamento de Pes
soal para o Ensino Industrial 1.800.000

4. Centro Regional de Educação

256.1.0638 - Ampliação da rede de Escolas de Ensi
no Técnico Agrícola do Nordeste..... 350.000

5. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

254.2.0670 * Formação e Aperfeiçoamento de Docen
tes e Pesquisadores 5.000.000

254.1.0676 - Modernização dos Estabelecimentos de
Ensino (CAPES) 4.500.000

IV - PROGRAMAS DE ASSISTÊNCIA AO
EDUCANDO1. Fundação Nacional de Material de Ensino

258.1.0518 - Ampliação e Reaparelhamento das Ofi
cinas da Fundação Nacional de Mate
rial de Ensino 320.000

258.2.0519 - Fundação Nacional de Material de En
sino 3.100.000

2. Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático

259.2.0526 - Expansão e manutenção da Comissão
do Livro Técnico e do Livro Didático
(COLTED) 20.000.000

3. Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos

259.2.0814 - Centros Áudiovisuais..... 120.000

4. Campanha Nacional de Alimentação Escolar

258.2.0520 - Desenvolvimento da Campanha Nacio
nal de Alimentação Escolar 7.000.000

V - LEVANTAMENTOS E PESQUISAS

1. Diretoria do Ensino Secundário

269.1.0657 - Planejamento, estudos e pesquisas sobre o Ensino Secundário..... 150.000

2. Diretoria do Ensino Superior

269.2.0681 - Pesquisas sobre o Ensino Superior..... 210.000

3. Diretoria do Ensino Comercial

269.1.0551 - Estudos e pesquisas sobre o Ensino Técnico-Comercial..... 100.000

4. Serviço de Estatística da Educação e Cultura

269.2.0798 - Levantamento e Divulgação de Estatística Educacional e Cultural..... 498.606

Total..... 156.456.106

Nessa linha de execução dos projetos prioritários deve lançar-se o Ministério numa tentativa de solução de alguns problemas que mais são reclamados no momento.

ESTADA DO PRESIDENTE COSTA E SILVA EM PORTO ALEGRE - Para a estada do Marechal Presidente efetuamos um esquema de trabalho de acordo com os entendimentos preliminares efetuados perante a Chefia do Gabinete, o qual orientou a preparação de todo o trabalho. Tratava-se, apenas, de uma esquematização de apresentação daquilo com que o Ministério da Educação e Cultura participaria junto ao Governo, no Estado do Rio Grande do Sul. Através do ofício endereçado a Vossa Excelência, efetuamos "observações" relativamente aos projetos apresentados pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul ao Ministério do Planejamento, observações / estas em número de 22, tantas foram as solicitações formuladas. Agradeço, especialmente, a Vossa Excelência pela aprovação integral dessas "observações" e pelo encaminhamento que deu ao nosso trabalho, enviando-as ao Ministro Hélio Beltrão. Estando na Capital do Sul o Presidente da República, certamente que será coroada de êxito a participação do Ministério nessa estada.

V REUNIÃO DO CONSELHO CULTURAL INTERAMERICANO - Mesmo não nos tendo sido possível apresentar, ainda, por falta de alguns dados, o relatório final da Delegação do Brasil à mencionada Reunião, pudemos, por determinação do Eminentíssimo Conselheiro Deolindo Couto, efetuar perante o Conselho Federal de Educação uma breve exposição quanto à participação do Brasil na Reunião em epígrafe. Agora, ao final do mês, recolhemos os dados restantes; certamente, no mês de abril apresentaremos a Vossa Excelência o relatório final da Delegação Brasileira.

ENCONTRO INFORMAL - No dia 6 de março estivemos no Ministério das Relações Exteriores para o almoço dos Secretários Gerais dos diversos Ministérios. Naquela oportunidade, o Secretário Geral do Ministério da Fazenda abordou problema vinculado com o nosso Ministério relacionado com o estabelecimento, pelo Governo, do Fundo de Contenção de que trata o Decreto nº 62.316, de 23 de fevereiro de 1968. A participação do Ministério da Educação e Cultura, dentro do contexto total do "corte", da ordem de 14,953%, entretanto, revela-se, quanto ao quantitativo global, numa percentagem nunca superior a 10,4% do orçamento da Educação (MEC) para o ano corrente.

PROGRAMA DE ALFABETIZAÇÃO FUNCIONAL DE ADULTOS - Fizemos chegar às mãos de Vossa Excelência, mediante encaminhamento que nos fez a professora Alfredina Paiva e Souza, o relatório da Comissão I, de que trata a Portaria Ministerial nº 28, de 18 de janeiro de 1968. Era o dia 8 de março. Agora, ao final do mês, a Comissão II que tratava dos recursos para o programa veio de oferecer o seu relatório, após ter apresentado a Vossa Excelência a minuta de "estatuto" da Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL). Com isso, a Secretaria Geral vê possibilidades, desde que adotadas as medidas sugeridas, de prosseguir o Departamento Nacional de Educação na execução das medidas ali apontadas de concretização de um programa tão ansiosamente esperado e cujos recursos ainda não são suficientes para desenvolvê-lo integralmente.

FUNDO DE CONTENÇÃO - Somente ao final do mês de março ficou efetivamente estabelecida a distribuição da participação de recursos das unidades orçamentárias perante o Fundo citado. Várias unidades orçamentárias foram omitidas quanto à contenção, ressaltando-se, entre outras, o Gabinete do Ministro, as Escolas Isoladas de Ensino Superior, as Universidades Federais Rurais e os órgãos de cultura, estes sob nossa coordenação, mediante ato de Vossa Excelência. O quadro geral de participação está expresso a seguir:

Conselho Nacional de Desportos.....	460.000
Conselho Nacional de Serviço Social.....	
Subvenções Ordinárias	4.016.420
Subvenções Extraordinárias.....	19.565.600
Departamento Nacional de Educação.....	14.088.718
Diretoria do Ensino Comercial	200.000
Diretoria do Ensino Industrial	6.873.220
Órgãos Dependentes	1.337.052
Diretoria do Ensino Agrícola	5.028.600
Diretoria do Ensino Secundário	2.357.000
Diretoria do Ensino Superior	9.748.750
Órgãos Dependentes	26.044.640
Total	89.720.000

CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO - Foi realizada, em Brasília, em 28 de março a primeira reunião da Comissão encarregada por Vossa Excelência nos termos da Portaria Ministerial nº 139, de 5 de março de 1968, e do ofício número 269, de 21 de março de 1968, estabelecendo-se algumas premissas básicas de trabalho. Entre outras mencionáramos as seguintes:

- a) - Há a segurança do pagamento por parte do Ministério da Fazenda das cotas trimestrais referentes aos re cur so s or ç a m e n t á r i o s desta Secretaria de Estado;
- b) - Tais cotas trimestrais, certamente, virão reduzidas do previsto no Decreto 62.316,, redução esta da or dem total de NCr\$89.720.000,00 correspondente ao fundo de contenção;
- c) - Do disponível existente, excluído o pagamento das despesas de pessoal, ficaram estabelecidas algumas prioridades, entre as quais poderemos distinguir:
 - 1) - pagamento dos recursos de custeio indispen s á v e i s ao funcionamento dos órgãos mini st er i a i s;
 - 2) - pagamento dos recursos inerentes à ex ec u ç ã o dos projetos prioritários das áreas e s tr at é g i c a s;
 - 3) - pagamento dos recursos destinados à ex p a n s ã o do ensino superior;
 - 4) - pagamento dos recursos correspondentes a investimentos não prioritários;
 - 5) - pagamento de outras despesas não i n t e g r a n t e s, de modo precípuo, no programa E d u c a ç ã o, mas integrantes do orçamento d e s t e M i n i s t é r i o.

REFORMA UNIVERSITÁRIA - EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR -

PROGRAMA ESTRATÉGICO - Sob êste tema efetuamos a aula inaugural do Instituto de Ciências Biológicas de Campo Grande, no Estado de Mato Grosso, no dia 11 de março findo. Na mesma oportunidade visitamos, na aquela cidade, as obras que se desenvolvem com recursos do Plano Nacio n a l d e E d u c a ç ã o e efetuamos uma reunião dos representantes do M i n i s t é r i o ali sediados, reunião esta que contou com a presença dos s e n h o r e s professôres: Capitão José Dorileo - Representante da Campanha N a c i o n a l d e A l i m e n t a ç ã o E s c o l a r i o; Dr. Antônio José Pania g o - Inspetor Seccional do Ensino Comercial de Campo Grande; Prof. Hen r i q u e C a r r e g a l - Inspetor Seccional Interino do Ensino Secundário de Cam p o G r a n d e, com vistas ao estabelecimento do sistema de coordenação n a q u e l e E s t a d o.

FINANCIAMENTO DO ENSINO SUPERIOR AGRÍCOLA - No dia 12 d e m a r ç o foi instalada, conforme determinação em Portaria Ministerial n^o 116, de 1^o de março de 1968, a Comissão Especial de implementação do projeto em epígrafe. Sob a Presidência do Professor D r . E r n s t P o e t s c h, a Comissão realizou várias reuniões com a colaboração de técnicos desta S e c r e t a r i a G e r a l, entre os quais o Professor Fábio Lafaiete Dantas, tendo utilizado nossas dependências e havendo a Srta. Elizabeth Lacerda s e c r e t a r i a d o s t r a b a l h o s. Às reuniões da referida Comissão Especial, c o m p a r e c e r a m o s S e n h o r e s P r o f e s s ô r e s H é l i o B a r r e t o - Reitor da U n i v e r s i d a d a F e d e r a d e R i o d e J a n e i r o; Prof. Arthur Lopes Pereira - R e i t o r d a U n i v e r s i d a d e P e r n a m b u c o; Prof. Ivan T a v a r e s

Assessor da Reitoria da Universidade Federal Rural de Pernambuco; Prof. Édson Potsch Magalhães - Reitor da Universidade Federal Rural de Minas Gerais; Prof. Elia Séfer - Diretor da Escola de Agronomia da Amazônia; Prof. Alyson Paulizelli - Diretor da Escola Superior de Lavras; Prof. Jefferson Rangel - Representante Oficial do Instituto Interamericano de Ciências Agrícolas e concluíram pelo seguinte: que as entidades deverão fixar suas áreas de prioridade e preparar planos de referências ou de ação, em linhas gerais que deverão ser submetidos à análise do especialista do IICA (Instituto Interamericano de Ciências Agrícolas). Dos referidos planos deverão constar obrigatoriamente a análise dos problemas de suporte físico (campos universitários), administrativos (financeiro-contábil) e problemas educativos (currículos, técnicos em ensino etc.), fontes de recursos econômicos, a participação financeira do Governo e (ou) Universidades, a necessidade de recursos externos, e como seriam pagos os empréstimos contraídos (se pela produção da Universidade ou pela participação privada).

ENSINO NOS TERRITÓRIOS - Conforme havíamos prometido em nosso relatório do mês de fevereiro, neste, concluímos por uma sugestão final quanto ao problema do ensino nos Territórios Federais de que trata o Decreto nº 61.150, de 10 de agosto de 1967, o qual, com as medidas propostas, praticamente fica revogado. Nosso objetivo é estabelecer diretrizes de ação que permitam a efetiva ação federal do Ministério naquele setor. Graças à colaboração eficiente dos Professores Canedo de Magalhães e Aprígio Pagnez Filho, a professora Elina Bortot efetuou uma proposta concreta a Vossa Excelência traduzida no seguinte:

- a) - ao Ministério da Educação e Cultura cabe a organização dos sistemas de ensino dos Territórios Federais;
- b) - cabe, ainda, a fiscalização dos referidos sistemas e a efetivação dos planos de educação, elaborado pelo Conselho Federal de Educação;
- c) - ao Ministério do Interior, através das administrações dos Territórios Federais, a execução da tarefa de administração do ensino.

A minuta de Decreto encaminhada a Vossa Excelência está vasada nos seguintes termos:

"Provê sobre os sistemas educacionais dos Territórios Federais e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhes são conferidas, resolve:

Art. 1º - A educação nos Territórios Federais atenderá às peculiaridades locais, servindo suas escolas e demais elementos de comunicação e difusão cultural ao duplo objetivo do ensino e da civilização, a serem alcançados em ritmo intensivo, capaz de vencer o subdesenvolvimento e integrar os referidos Territórios nos padrões do progresso social.

Art. 2º - A organização dos sistemas educacionais dos Territórios Federais é da competência do Ministério da Educação e Cultu -

tura, nos termos do art. 6º da Lei nº 4 024, de 20 de dezembro de 1961, que fixou as Diretrizes e Bases da Educação Nacional e do art. 30 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, cabendo ao Conselho Federal de Educação propor as normas indispensáveis ao funcionamento e desenvolvimento dos referidos sistemas, bem como elaborar os Planos de Educação dos Territórios Federais.

Art. 3º - Fica criada no Ministério da Educação e Cultura uma Coordenação incumbida de formular os projetos e atividades a que se refere este Decreto.

Parágrafo único - O Ministério do Interior designará Representante junto à referida Coordenação.

Art. 4º - O Ministério da Educação e Cultura deverá, dentro dos Planos de Educação dos Territórios Federais, estimular e promover a criação de escolas ao longo das fronteiras até limite de 150 quilômetros a dentro das áreas dos Territórios Federais.

Art. 5º - Os organismos de desenvolvimento, tais como a SUDAM e a SUDENE, em cuja jurisdição estiverem integrados os Territórios Federais deverão cooperar no desenvolvimento e na execução dos planos de educação dos Territórios.

Art. 6º - Os Ministros de Estado da Educação e Cultura e do Interior disporão sobre a regulamentação deste Decreto.

Art. 7º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília,

ESTRUTURA DA SECRETARIA GERAL - Decorrido um ano de nossas atividades, e confirmada pela execução de nossos trabalhos, a conveniência de ser adotada a estrutura inicial proposta, foi baixada por Vossa Excelência, Portaria Ministerial, fixando a estrutura provisória desta Secretaria, até a efetivação da Reforma Administrativa. Trata tal documento de estabelecer, sob forma legal, aquilo que já se vinha desenvolvendo, motivado pelo bom-senso e pelo sentido de articulação deste Ministério. A Portaria Ministerial, baixada por Vossa Excelência, deixa antever a necessidade de, em breve, concretizar-se a reforma estrutural desta Secretaria de Estado, na qual já sentimos a possibilidade da constituição de três Secretarias - da Educação, da Cultura e dos Desportos - além do Departamento de Administração, como órgãos de coordenação e direção superior.

ARTICULAÇÃO DE BRASÍLIA COM A GUANABARA - Baixamos uma "ordem de serviço" logo após a fixação da estrutura da Secretaria Geral, pela qual estabelecíamos um horário fixo de comunicação entre Brasília e o Estado da Guanabara. Notáramos que as comunicações entre a Capital Federal e o Estado da Guanabara eram feitas algumas delas sem a devida oportunidade, ou então, promovidas sem um planejamento adequado. Por tal ordem de serviço evitar-se-ão maiores gastos e o sistema de comunicação permitirá a concentração de informações.

REFORMA ADMINISTRATIVA - A fim de intensificar o trabalho da Reforma Administrativa, o Ministro Hélio Beltrão reuniu no dia 22, às 9.30 horas, os Secretários Gerais. Naquela oportunidade demonstramos que esta Secretaria Geral já possuía sua estrutura preliminar. Alegamos que as Secretarias Especializadas estavam sendo constituídas pelo Grupo de Trabalho, na fase final de suas atividades, quanto à estruturação básica deste Ministério. Ressaltamos, por fim, a necessidade de, cada vez mais, considerar-se a idéia de que esta Secretaria Geral é o órgão de estudos para a formulação de diretrizes a serem fixadas pelos Conselhos Federais de Educação e de Cultura, quanto às áreas básicas de atividade deste Ministério. Sendo nosso trabalho apenas preliminar, certamente servirá de base para o desenvolvimento pleno das atividades dos referidos Conselhos aos quais, nos parece, cabe a fixação da política de ação.

SEMINÁRIO INTERNO DA COLTED - Mesmo não havendo sido programado para o mês ora relatado, efetuamos um Seminário Interno na COLTED, do qual participaram os servidores da Direção Executiva do Programa, os representantes da USAID/Brasil e do Sindicato Nacional de Editores, além do Senhor Mario Fitipaldi, da Câmara Brasileira do Livro e coordenador da Semana de Estudos efetivada em São Paulo. Naquela oportunidade, ficou caracterizado o "modus" operacional da terceira fase do programa e estabelecida a minuta de Regimento das COLTEDS, cuja cópia segue em anexo.

SISTEMA DE COORDENAÇÃO - Constituindo absoluta necessidade para a ação desta Secretaria de Estado, foi lançada e será distribuída às autoridades deste Ministério e às suas representações nos Estados, Territórios e no Distrito Federal a publicação "sistema de coordenação", louvada pelo cunho de oportunidade com que é feita. Um exemplar encontra-se em anexo.

ORÇAMENTO PLURIANUAL - Depois de apresentado ao Congresso Nacional, reconhecemos algumas omissões e incorreções as quais nos permitimos ressaltar a Vossa Excelência. De um lado, aquilo que deixou de ser incluído na "Proposta", apesar de aprovado em estudo especial pelo Ministério do Planejamento, cuja cópia se encontra em nosso poder. Trata-se especificamente do Programa do EPDM, quanto à criação de ginsios orientados para o trabalho. De outro, incorreções verdadeiramente incomprensíveis diante do sistema educacional existente. Já nos pronunciamos perante Vossa Excelência quanto as alterações básicas e aguardamos a sua especial ação que o caso exige, na qual, estamos certos, será concretizado seu esforço junto ao Governo para a expansão e manutenção adequadas do sistema educacional brasileiro.

COMISSÕES ESTADUAIS DA COLTED - A matéria, aliás, aqui já referida, será objeto de pronunciamento do Colegiado da COLTED, sob a presidência de Vossa Excelência, em próxima reunião a ser efetivada no mês de abril. Da citada reunião já poderá constar, que preparada está minuta de Regimento das Comissões Estaduais da COLTED, as quais passam a denominar-se de CELTED.

RELATÓRIO DO SEMINÁRIO SOBRE FACULDADES DE EDUCAÇÃO - Está concluído pela Divisão de Planejamento desta Secretaria Geral e será dado a público, em publicação oficial, brevemente, fato que também ocorrerá com a ANÁLISE ESTATÍSTICA DA SITUAÇÃO EDUCACIONAL DO BRASIL, esta em trabalho conjunto do Serviço de Estatística da Educação e Cultura e da Divisão de Planejamento desta Secretaria Geral.

CICLO DE ESTUDOS SOBRE A REFORMA ADMINISTRATIVA - Com a Portaria Ministerial nº 119 de 11 de março de 1968 estabelecemos que o referido Ciclo será realizado entre 22 e 26 de abril e estão sendo elaborados os convites e comunicações indispensáveis. Consta do programado cinco palestras as quais vão aqui relacionadas pelos seus títulos e autores:

- Perspectivas da Reforma Administrativa - Hélio Beltrão - Ministro do Planejamento e Coordenação Geral.
- Conseqüências práticas da Reforma Administrativa - Édson Franco - Secretário Geral do Ministério da Educação e Cultura e Presidente do Grupo de Trabalho da Reforma Administrativa.
- Objetivos do Ministério da Educação e Cultura em função da Lei de Diretrizes e Bases e da Reforma Administrativa - Celso Kelly Conselheiro do Conselho Federal de Educação e Membro do Grupo de Trabalho da Reforma Administrativa.
- A Reforma Administrativa no Ministério da Educação e Cultura - Canedo de Magalhães - Assessor Jurídico do Ministério da Educação e Cultura e Membro do Grupo de Trabalho da Reforma Administrativa.
- Programação do Ministério da Educação e Cultura para 1968 e sua execução - Tarso Dutra - Ministro da Educação e Cultura.

OUTRAS ATIVIDADES - Está em apuro final a publicação relacionada com os ACÓRDOS, CONVÊNIOS E CONTRATOS, através do Serviço de Documentação desta Secretaria Geral. A reunião de Secretários de Educação e Presidentes de Conselho de Educação foi transferida e o que a objetivava faz parte do ofício circular nº 32 de 19 de abril de 1968 já remetido aos interessados para os efeitos devidos. Os planos de aplicação dos órgãos do Ministério estão sendo devidamente examinados e aprovados, conforme o quadro geral, anexo, relacionado com o problema.

Os Quadros de Detalhamento do Orçamento do Ministério da Educação e Cultura foram publicados, como previmos, no Diário Oficial da União, de 28 de março de 1968.

Quanto ao relatório referente ao trabalho desenvolvido, mediante orientação estabelecida na Portaria Ministerial nº 704-A, de 28 de novembro de 1967, será encaminhado posteriormente à sua elevada consideração para o julgamento conveniente. Deixamos de anexá-lo, dado que constitui trabalho complexo, semelhante ao da "Análise Estatística", o "Seminário sobre Faculdades de Educação" e os "Acordos, Convênios e Contratos" que não foram incluídos no relatório mensal.

Ao encerrarmos este nosso relatório e com um vasto programa a ser cumprido no mês de abril preferimos deixar claro que neste mês nosso maior desejo é, sob orientação e direção de Vossa Excelência, estabelecermos, em definitivo, um sistema de articulação e coordenação entre todos os órgãos deste Ministério. Essa articulação, entrosamento e coordenação, a nosso ver, deveria começar pelo conhecimento, por parte de todos os diretores do Ministério, de dois assuntos de real interesse: de um lado, a proposta preliminar de estruturação administrativa deste Ministério, trabalho oriundo do Grupo da Reforma Administrativa; de outro, o conhecimento integral do Programa Estratégico de Desenvolvimento como base para a articulação efetiva de quantos, com o seu trabalho, procuram engrandecer a obra do Governo.

Respeitosamente.

ÉDSON FRANCO
Secretário Geral

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
SECRETARIA GERAL



OFÍCIO CIRCULAR Nº 45/68/SG/GE

Em, 8/5/1968

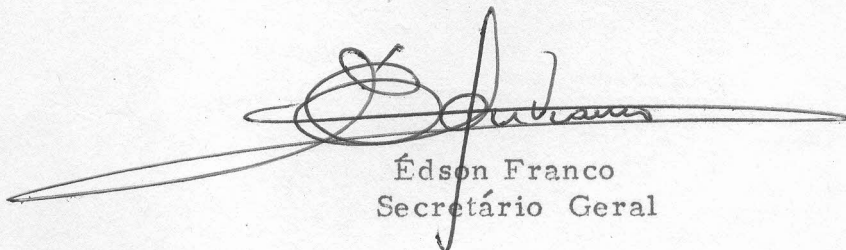
Do Secretário Geral do Ministério da Educação e Cultura

Ao Diretor do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais do Ins
Assunto: Relatório (encaminha) Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos - Guanabara

Senhor :

Apraz-me encaminhar à sua elevada consideração, em anexo, o relatório que oferecemos ao Ministro de Estado, Deputado Tarso Dutra, quanto às atividades desta Secretaria Geral, no mês de abril recém-findo.

2. - Esperando que o mesmo sirva para conhecimento de nosso trabalho e do esforço que vimos desenvolvendo para atingir os reais objetivos desta Casa, sirvo-me do presente para apresentar meus protestos de estima e apreço.



Edson Franco
Secretário Geral

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
SECRETARIA GERAL

Of. nº 896/68/SG/GB

Em, 7 de maio de 1968

Do Secretário Geral do Ministério da Educação e Cultura

Ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Educação e Cultura

Assunto: Relatório das atividades do mês de abril de 1968

Senhor Ministro:

Não gostaria de decepcioná-lo um mês sem escrever meu costumeiro relatório. Ele tem servido, em grande parte, para pôr em ordem, na medida das possibilidades, o trabalho desta Secretaria Geral. Tem-se, constituído, por outra parte, numa adequada maneira pela qual nos comunicamos com os representantes do Ministério, nos Estados, dando conta das atividades desta Casa, realizadas pela Secretaria Geral. É mais um documento de registro. Entretanto, assume, por vezes, características especiais, quando, além do relato frio, ousa sugerir e propor medidas que são indispensáveis de serem tomadas, em nome do Governo.

OCORRÊNCIAS INICIAIS DO MÊS - Estando Vossa Excelência em Pôrto-Alegre, acompanhando o Excelentíssimo Senhor Presidente da República, vimo-nos em situação de ter que adotar algumas providências, nesta Secretaria de Estado, que a razão impunha. Em nenhum momento deixamos de consultar, para que as mesmas fôsem adotadas, o Professor Jorge Boaventura de Souza e Silva, Diretor Geral do Departamento Nacional de Educação, o General Waldemar Raul Turola, Diretor da Divisão de Segurança e Informações, e o General Carlos Meira Matos, Presidente da Comissão Especial de que trata o Decreto nº 62.024, de 29 de dezembro de 1967, autoridades que estavam no Estado da Guanabara. Dos acontecimentos ocorridos na primeira semana do mês demos ciência a Vossa Excelência em expediente reservado que tomou o nº 692, de 6 de abril de 1968, aqui sômente referido e não transcrito.

DIÁLOGO COM OS ESTUDANTES - A determinação do Governo de abrir o diálogo franco com os estudantes encontrou esta Secretaria Geral devidamente preparada. No mês ora relatado, tivemos oportunidade de realizar, entre debates e palestras, duas de capital importância, pelos participantes e pelos locais em que se realizaram. A primeira, no Estado de São Paulo, no dia 24 de abril, às 10.00 horas, para um grupo de cento e vinte jornalistas que realizam um curso patrocinado pela Editôra Abril, a qual virá a lançar, brevemente, uma revista semanal de âmbito nacional. Devo declarar a Vossa Excelência que os debates, após a exposição, duraram cêrca de noventa minutos e a matéria tratada, por si só, já comporta essa maneira participada de trabalhar. Por outro lado, tivemos oportunidade, no Estado do Pará,

por ocasião da reunião do Conselho Deliberativo da SUDAM, de proferir uma outra palestra sobre a ASSISTÊNCIA EDUCACIONAL e a política adotada pelo MEC. No vindouro mês de maio, estaremos realizando uma palestra na Escola de Economia, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, sobre "A Política Educacional do MEC e Reforma Universitária".

REUNIÃO DA SUDAM - Na reunião ordinária do Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia, realizada em 15 de abril, tivemos a oportunidade de discutir e votar o Regulamento daquele órgão. Entre nossas sugestões encontrava-se a de transformar-se a Divisão de Recursos Humanos em Departamento. Nossa justificativa baseava-se no fato de que, sendo a valorização da Amazônia, um problema de valorização do homem amazônida, e sendo a tônica do Governo a de valorização do homem brasileiro, essa valorização deveria repousar na preparação adequada de recursos humanos para o desenvolvimento e essa preparação só poderia ser feita dando-se "status" ao órgão que tivesse tal incumbência. Por unanimidade nossa proposta foi aceita.

Preparamos para a próxima reunião da SUDAM, em seu Conselho Deliberativo, emendas à Proposição nº 23/68, que trata de aplicação de recursos de incentivos fiscais para a Região Amazônica. Preparamos, igualmente, emendas ao I Plano Diretor daquele órgão, através de nossa Divisão de Planejamento.

Pretendemos, na reunião de maio, do Conselho Deliberativo da SUDAM, apresentar o programa da COLTED para a Região Amazônica, bem como consignar o convite para que o Departamento de Recursos Humanos esteja presente à reunião que será realizada neste Ministério entre 20 e 22 de junho, conforme nosso ofício encaminhado ao Secretário Geral do Ministério do Interior e do inteiro conhecimento de Vossa Excelência.

FUNDO DE CONTENÇÃO - Somente em 13 de abril, foi possível a Vossa Excelência determinar o esquema de apresentação do referido Fundo ao Ministério do Planejamento. No dia 22 de abril efetuamos a remessa de seu Aviso nº 196/GB, da mesma data, pelo qual se disciplinava a contenção e apresentava os mapas correspondentes. Em anexo (1), segue a justificativa do trabalho e o quadro de contenção apresentado. Havia um telegrama do Ministério do Planejamento informando-nos de que as liberações correspondentes ao exercício de 1968, à exceção das de pessoal, somente seriam liberáveis caso fosse apresentado o quadro do Fundo de Contenção. Efetivamente, assim não ocorreu, pois, mesmo apresentado o quadro, julgou o Ministério da Fazenda solicitar a nossa requisição discriminada dos recursos, fato que foi comunicado à Inspetoria Geral de Finanças para a apresentação devida. Assim, a nossa solicitação formulada através do ofício nº 294, de 5 de fevereiro de 1968, transcrito a seguir, e toda a programação da distribuição de recursos de que trata o Decreto-Lei nº 96, ainda não foi adotada, pelo menos até a presente data:

"Of. nº 294, de 5/2/68, dirigido ao Excelentíssimo Senhor Dr. Fernando Do Val - Secretário Geral do Ministério da Fazenda.

Tenho a honra de solicitar a Vossa Excelência nos termos do artigo 3º do Decreto nº 62.102, de 11 de janeiro de 1968, a remessa a este Ministério da Educação e Cultura das quotas trimestrais atribuídas às Unidades e Subunidades Orçamentárias, da administração direta e indireta para os efeitos legais vigentes.

Agradecendo que esta remessa seja feita no mais breve prazo, renovo a Vossa Excelência, neste ensejo, protestos de elevada estima e distinta consideração. Édson Franco - Secretário Geral".

Creio que o problema de liberação de recursos mereceria um exame cuidadoso e algumas medidas essenciais. Entre estas, incluímos as seguintes:

- a) - definir-se à Inspetoria Geral de Finanças ou a Secretaria Geral a responsabilidade pela obtenção das liberações;
- b) - requisitarem-se, em definitivo, as liberações correspondentes ao exercício anterior, entre as quais, por prioritárias, incluímos as do Plano Nacional de Educação, as do Programa Intensivo de Mão-de-Obra, dado que as das universidades já foram feitas graças à colaboração de quantos integram este Ministério;
- c) - demonstrar-se, perante o Ministério da Fazenda, mais uma vez a necessidade das liberações globais de recursos que nos são atribuídos trimestralmente, a fim de que a política educacional seja feita pelo Ministério da Educação.

Com a disposição do Ministério da Fazenda de solicitar os pedidos de liberação discriminativamente, não nos foi possível atender a determinação de Vossa Excelência contida na Portaria nº 139, correspondente ao cronograma de desembolso, dado que tal cronograma caberá ao Ministério da Fazenda.

EMENDAS AO ORÇAMENTO PLURIANUAL - Graças à colaboração dos Senhores Manoel Vilaça e Eurico Resende, foi possível a este Ministério apresentar suas emendas ao Orçamento Plurianual de Investimentos. Entre elas, julgamos de absoluta indispensabilidade a que se refere ao Plano Nacional de Cultura, à Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático, ao Plano Nacional de Educação, e ao Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos. Lem

braria a Vossa Excelência que, a manter-se a situação quanto ao Plano Nacional de Educação, estarão os sistemas estaduais passíveis de não receber qualquer assistência financeira deste Ministério. Em 1967, a situação de um todo disponível para o ensino primário e para o ensino médio, no Plano, 90% destinavam-se aos Estados e 10% aos Municípios. No ano de 1968, a situação alterou-se de maneira cruenta. Apenas 40% dos recursos foram postos disponíveis para os Estados e 60% para os Municípios. No ano de 1969, pelo Orçamento Plurianual, a situação apresenta-se em 100% para os Municípios. As medidas adotadas por Vossa Excelência, a nosso ver, virão a atender êsse equívoco e dissolver essa situação flagrantemente diversa das disposições contidas na Lei de Diretrizes e Bases.

REFORMA ADMINISTRATIVA - As sucessivas reuniões realizadas sob a presidência de Vossa Excelência inspiraram a fórmula, em via de adoção, pela qual êste Ministério, independente dos órgãos de assessoramento direto (Gabinete, Divisão de Segurança e Informações, Consultoria Jurídica), dos órgãos normativos (Conselho Federal de Educação, Conselho Federal de Cultura, Conselho Nacional de Desportos), dos órgãos centrais de planejamento, orçamento e controle financeiro (Secretaria Geral e Inspetoria Geral de Finanças), dos órgãos centrais de pesquisa (Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos e Instituto Nacional de Estudos Sociais Aplicados), terá três Secretarias básicas e dois Departamentos fundamentais (Secretaria dos Sistemas Educacionais, Secretaria de Assuntos Universitários, Secretaria de Atividades Culturais, Departamento de Desportos, Departamento de Administração). No mês de maio, com as medidas de urgência adotadas por Vossa Excelência, será possível concluir os trabalhos de estruturação básica do Ministério. Aí, então, realizaremos o I Ciclo de Estudos da Reforma Administrativa, para os efeitos de implantação definitiva do trabalho de reformulação desta Secretaria de Estado.

VISITA AOS DEPARTAMENTOS DO MINISTÉRIO - Para os efeitos de coordenação desta Secretaria Geral, planejamos uma série de visitas de estudo aos órgãos mais importantes desta Secretaria de Estado. A primeira foi realizada à Diretoria de Ensino Industrial, cujo relatório detalhado está sendo enviado a Vossa Excelência. Visitaremos a seguir, no mês de maio, o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos e o Departamento Nacional de Educação.

REUNIÃO DOS COORDENADORES - Tendo em vista a publicação **SISTEMA DE COORDENAÇÃO** enviamos um ofício a todos os representantes do Ministério da Educação e Cultura, cujo inteiro teor foi o seguinte:

"Ofício Circular nº 31/SG/GB de 25/4/68

Preocupa profundamente ao Ministro de Estado, Deputado Tarso Dutra, a coordenação das representações do Ministério da Educação e Cultura, sediadas nas diversas Unidades Federadas. Com êsse objetivo já foram designados como coordenadores, no Estado do Pará, o Dr. Antônio Vizeu da Costa Lima e no Estado do Rio de Janeiro, o

Dr. Nelson França da Silva. Neste último Estado, a coordenação vem sendo facilitada pela existência do Centro Federal de Educação abrangendo, na prática, as diversas representações deste Ministério. Neste particular, cabe ressaltar a boa vontade e espírito de cooperação com que se têm havido alguns representantes nos diversos Estados, oferecendo, não raro, sua própria residência para sede da representação que detêm.

Não desejamos agir com precipitação na indicação dos coordenadores estaduais. A matéria aliás, afeta à Divisão de Coordenação desta Secretaria Geral, é objeto do que dispõe a Portaria Ministerial nº 171, de 21 de março de 1968, em seu artigo 8º alínea "d". Desejamos, sim, desde logo, conhecer as representações deste Ministério entre si, (fato aliás revelado através de publicação intitulada SISTEMA DE COORDENAÇÃO, em caminhada a Vossa Senhoria através de ofício circular nº 30, de 19 de abril de 1968) venham as mencionadas representações efetivar reuniões periódicas, mesmo antecedentes, à designação dos coordenadores para os "núcleos de coordenação", a fim de assuntarem sobre problemas comuns encontrados. Gostaríamos que isso fôsse feito como uma espontânea manifestação de quantos são o Ministério da Educação e Cultura nos Estados.

Para que pudéssemos ter um conhecimento exato do ocorrido, admiraríamos que, num determinado dia e hora (um dia D e uma hora H), os representantes deste Ministério se encontrassem em determinado local para o começo do estabelecimento dessa coordenação. Para que não venha a ser realizada tal atividade em dias diversos e horas diferentes, sugerimos que o dia D seja o de 22 de abril, às 15 horas, no local que julgarem mais convenientes. Na oportunidade em que se reunirem os representantes deste Ministério, caberia aos mesmos escolher um "animador" da reunião, tal como nas Associações de Pais e Meestres e um "secretário ad hoc" com a incumbência, o primeiro de orientar os trabalhos e o segundo de efetuar uma ata onde se contivesse a súmula de todo o labor desenvolvido. A reunião sugerida, entretanto, não deveria ser destituída da análise de pontos comuns inerentes às representações. Pensando numa sugestão de temas a serem tratados veríamos, com muito gosto, que fossem abordados, entre ou

tros, os seguintes:

- a) formas de estabelecimento da coordenação no Estado;
- b) principais problemas relacionados com a comunicação entre o Ministério e as representações e vice-versa;
- c) papel exato dos coordenadores de que trata a Resolução nº 9 do Grupo de Trabalho da Reforma Administrativa;
- d) principais problemas encontrados pelas representações do Ministério para desenvolvimento harmônico e completo do trabalho que lhes é cometido;
- e) as relações entre as representações do Ministério e os órgãos educacionais e culturais do Estado;
- f) um programa comum para as representações do Ministério nos Estados.

Se tudo correr como se imagina, no dia 22 às 15 horas teremos vinte e dois pequenos seminários realizados pelos representantes deste Ministério. Do que ocorrer caberia uma imediata comunicação por parte daquele que for escolhido como secretário "ad hoc", comunicação esta referendada por quantos participaram da reunião. Na mesma oportunidade poderiam os representantes do Ministério oferecer a indicação de prováveis coordenadores para facilitar a tarefa de designação posterior, a qual poderá ou não ser confirmada. É indispensável que tenham presente o programa de trabalho deste Ministério. É imprescindível que estudem os seus problemas comuns à luz dos sábios dispositivos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e das lições recebidas dos diretores desta Secretaria de Estado, todos ávidos em concorrerem para a ação eficaz do Governo do Marechal Arthur da Costa e Silva.

Recebida esta comunicação e solicitação, muito agradeceríamos pela confirmação de que, no dia 22, às 15 horas, no local que julgarem mais adequado, será realizada esta reunião preliminar da coordenação nos estritos termos do que dispõe a Resolução do Trabalho da Reforma Administrativa, aprovada pelo Ministro de Estado.

Confiante na diligente ação de Vossa Senhoria para que tudo ocorra como está previsto, servimo-nos do presente para renovar-lhe 7 protestos de respeitoso aprêço e sincera consideração. Édson Franco - Secretário Geral."

Os resultados alcançados já são conhecidos, em parte, através das comunicações dos Estados do Amazonas, Ceará, Bahia, Minas Gerais, Mato Grosso, Pará, Paraíba, Piauí, Paraná, Rio Grande do Sul, Rio Grande do Norte, Rio de Janeiro, Santa Catarina, Sergipe e São Paulo, encaminhadas a esta Secretaria Geral.

Houve um despertar e está havendo um encontro com a liderança. Dêle surgirá um coordenador que administrativamente manterá um contato permanente com o Ministério, possibilitando a implantação de um sistema efetivamente produtivo, com uma perfeita linha de informações, que permitirá finalmente, caracterizar a "operação presença" do Ministério diante do público.

REUNIÃO DOS SECRETÁRIOS DE EDUCAÇÃO - Somente ao final do mês de abril, pôde Vossa Excelência aprovar a realização de uma reunião da qual participem os Secretários de Educação e Cultura dos Estados, e do Distrito Federal, os Diretores de Divisões de Educação dos Territórios, os Representantes dos Conselhos de Educação e os coordenadores ou responsáveis pela coordenação estadual do MEC. O inteiro teor de nossa proposição já aprovada por Vossa Excelência fica consignado em anexo (2)

ACÓRDOS MEC-USAID - O Serviço de Documentação do Ministério, que vem sendo por nós coordenado, houve por bem publicar uma separata contendo outros acórdos celebrados com organismos internacionais e que escaparam à primeira publicação ou foram celebrados em posterior à mesma. É de louvar a excelente publicação que, assim, define a série de acórdos já celebrados por este Ministério e do conhecimento desta Secretaria Geral.

NORMAS REGULADORAS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS - Encaminhamos à elevada consideração do Senhor Inspetor Geral de Finanças uma minuta de documento, pelo qual seriam fixadas as normas gerais e específicas para prestação de contas por parte dos Estados e Municípios, relativamente à aplicação de recursos do Plano Nacional de Educação e que, também, no que couber, poderão ser aplicadas pelas entidades que realizem trabalhos decorrentes dos recursos atribuídos ao Plano Nacional de Cultura. Está em exame a matéria.

REUNIÃO DOS CONSELHOS DE CULTURA - Tivemos a honra de participar, a convite do Professor Josué Montello, da I Reunião dos Conselhos de Cultura, efetuando uma palestra cujo tema foi o seguinte: **RELAÇÕES DA EDUCAÇÃO E DA CULTURA NA REFORMA ADMINISTRATIVA**. Por ser um trabalho volumoso, deixamos de incluí-lo em anexo, esperando poder ser divulgado o mesmo na revista **CULTURA**, do Colendo Conselho Federal de Cultura, brevemente.

PROGRAMAÇÃO DE MAIO - Para o mês de maio, escolhemos entre as principais, as seguintes atividades a realizar:

- a) - Continuação do programa de visitas-estudo ao Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos e ao Departamento Nacional de Educação;

- b) - Conclusão dos trabalhos da Reforma Administrativa na parte estrutural do Ministério;
- c) - Intensificação do trabalho de coordenação ao nível das representações dos Estados;
- d) - Apresentação dos resultados dos convênios celebrados em nome do Plano Nacional de Cultura;
- e) - Preparação da reunião de Secretários de Educação;
- f) - Preparação da reunião de Diretores dos Departamentos de Recursos Humanos;
- g) - Publicação do Programa Estratégico de Desenvolvimento, pelo Ministério do Planeamento;
- h) - Implantação definitiva das diversas Divisões da Secretaria Geral.

Sirvo-me do presente para reiterar a Vossa Excelência os agradecimentos e o apoio recebido e renovar-lhe protestos de estima e consideração.

Édson Franco
Secretário Geral

Ofício nº 329/68/SG/GB

Do Secretário Geral do Ministério da Educação e Cultura
Ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Educação e Cultura

Senhor Ministro:

Esta Secretaria Geral recebeu da Secretaria Executiva do Plano Nacional de Educação, em processo que tomou o número 219442/68, minuta de termo de convênio a ser firmado com os Estados, o Distrito Federal e os Territórios Federais, relativamente ao Salário Educação de que trata a Lei nº 4.440, de 27 de outubro de 1964,

2. Com as observações que fez à minuta de convênio apresentada (observações feitas em parecer anexo ao processo), encaminha a mesma à elevada consideração de Vossa Excelência para os efeitos de aprovação, tendo em conta a legislação presente e dado que, a quota esta dual também rege-se pelo mesmo documento legal.

3. - Ao propor que seja assinado convênio com os Estados, Distrito Federal e Territórios Federais, sente-se no dever de reiterar a Vossa Excelência proposta no sentido de ser realizada uma reunião com os Secretários de Educação e Cultura da qual também participem os Presidentes ou Representantes de Conselhos de Educação dos Estados e do Distrito Federal. Justifica para tal que o Governo Federal vem de lançar o seu PROGRAMA ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO ao qual se deve integrar a ação realizada pelos Estados, Distrito Federal e Territórios Federais através de seus sistemas de ensino previstos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 4 024, de 21 de dezembro de 1961). Por outro lado percebe que além dêsse importante motivo, só de si justificável de uma reunião de estudos, outros motivos se alinham para que ela se realize, entre os quais pode mencionar:

3.1 - a implantação da Reforma Administrativa no âmbito dêste Ministério tendo em vista a iminente manifestação do Chefe do Poder Executivo quanto ao assunto em cumprimento do que dispõe o Decreto Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967;

A Sua Excelência o Senhor
Deputado TARSO DUTRA
DD. Ministro da Educação e Cultura

3.2 - a implantação de normas de execução orçamentária elaboradas preliminarmente pela Secretaria Executiva do Plano Nacional de Educação e, agora, em vias de aprovação pela Inspeção Geral de Finanças e capazes de bem orientar os executores dos convênios gerais, nos Estados;

3.3 - a implantação das Comissões Estaduais da COLTED as quais, conforme orientação da Segunda Semana de Estudos realizada em São Paulo, terão a incumbência de promover a indicação das escolas primárias e médias dos Estados, o número de alunos, por nível, série, turma, turno, além do encaminhamento das solicitações dos professores quanto aos livros a serem adotados nas suas escolas e, finalmente, a aplicação de uma política de trabalho que permita boa utilização dos livros técnicos e didáticos já distribuídos ou a serem entregues às escolas;

3.4 - a necessidade de formulação adequada de Planos Estaduais de Educação, consoante as diretrizes gerais estabelecidas no Programa Estratégico de Desenvolvimento.

4. - Para tais assuntos não creio, Excelentíssimo Senhor Ministro, possamos dispender menos de três dias de ininterruptas atividades, bem como que tal reunião se possa realizar sem uma adequada preparação que comece pelo encaminhamento aos participantes do material a ser discutido, fato este, aliás, que se constituirá em episódio pioneiro na ação deste Ministério, dado que a maioria das suas reuniões é realizada sem conhecimento, pelos participantes, dos documentos de trabalho.

5. - Estou certo que Vossa Excelência acolherá a sugestão, e, nesta convicção faço anexo um quadro-horário (1) que permitirá conhecer, além dos participantes da reunião, o desenrolar da mesma. Por outro lado, um esquema de despesas é estabelecido num segundo anexo para a devida aprovação, se fôr o caso, por Vossa Excelência.

6. - É certo que o Conselho Federal de Educação já veio de sugerir que na primeira reunião de Secretários de Educação que o Ministério realizasse, deveria incluir o tema da Educação Alimentar, consoante as disposições do Parecer nº 219, aprovado em 4 de abril de 1968. Por este fato julgo também prudente incluir, em tão magna ocasião, a matéria mencionada.

7. - Solicitando autorização a Vossa Excelência e encarecendo que presida os trabalhos cuja realização estaria prevista para Brasília, tendo a Secretaria Executiva do Plano Nacional de Educação, como secretária executiva da reunião, sirvo-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência, protestos da mais elevada estima e distinta consideração.

Édson Franco
Secretário Geral

HORAS	1º DIA	2º DIA	3º DIA
9.00	Sessão Preparatória.	Objetivos Gerais da Reforma Administrativa no Ministério da Educação . Celso Kelly	Alimentação Escolar no currículo. Prof. Jorge Boaventura
10.00	Sessão de Instalação. Presidida pelo Ministro de Estado.	Reforma Administrativa - Diretrizes Gerais e Implicações Práticas. Édson Franco.	Ensino Primário e Ensino Médio nos Sistemas Estaduais e os Projetos Prioritários do Governo. Carlos Pasquale.
11.00	Programa Estratégico do Desenvolvimento - Diretrizes do Governo. Ministro Hélio Beltrão.	Formas de elaboração dos Planos Estaduais de Educação. Ecilda Ramos de Souza.	Comissões Estaduais da COLTED - Objetivos - Vantagens e Mecânica da Execução. Édson Franco.
15.00	Programa Estratégico do Desenvolvimento - Setor Educação. Pe. José V. Vasconcelos	Formas de elaboração dos Planos Estaduais de Educação. Ecilda Ramos de Souza.	Assinatura dos convênios sobre Salário-Educação e Ensino Primário e Médio.
17.00	Apresentação por escrito de emendas ao convênio a ser celebrado sobre o Salário-Educação e recebimento de minuta do convênio referente ao ensino primário e médio.	Normas para prestação de contas. Vicente Rodrigues.	Visita ao Presidente da República.

- A G E N D A -

1. LOCAL - BRASÍLIA - HOTEL NACIONAL
 2. DIAS - 11, 12 e 13 DE JUNHO/68
 3. APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS - 17/5/68
 4. PARTICIPANTES - SECRETÁRIOS DE EDUCAÇÃO..... 23
DIRETORES DAS DIVISÕES DE EDUCAÇÃO..... 3
REPRESENTANTES DOS CONSELHOS DE EDUCAÇÃO ... 23
RESPONSÁVEIS PELA COORDENAÇÃO DOS ESTADOS... 23

T O T A L : 72
-

- PREVISÃO DE DESPESAS -

1. CONCESSÃO - PASSAGEM E DIÁRIAS PARA OS RESPONSÁVEIS
PELA COORDENAÇÃO E DIRETORES DAS DIVI
SÕES DE EDUCAÇÃO.

IMPORTÂNCIA PREVISTA:

- PASSAGENS.....NCr\$ 12.000,00
DIÁRIAS.....NCr\$ 5.000,00
2. DESPESAS GERAIS -NCr\$ 8.000,00
- T O T A L :NCr\$ 25.000,00

PLANO DE CONTENÇÃO DE 1968

APRESENTAÇÃO

INTRODUÇÃO

Sr. Ministro

Aprovo.
Tarso Dutra

Apresentando a documentação referente ao Fundo de Contenção de que trata o artigo 2º do Decreto nº 62.316, de 23 de fevereiro de 1968, torna-se obrigatória uma explicação detalhada dos critérios adotados para a execução dessa medida.

Das reuniões havidas para tratar do assunto, foram alvitados vários modos para a feitura do plano, fixando-se no último encontro realizado no dia 13 do corrente em Brasília, o critério final ditado por V. Exa.

O critério inicial de fazer-se a contenção somente nas grandes unidades orçamentárias, foi mantido.

CRITÉRIOS ADOTADOS

Consideramos necessário discriminar os critérios finais a saber:

A - CONTENÇÃO DOS ADENDOS

- 1) O Cons. Nac. de Desportos contribuindo com NCR\$ 500.000 da dotação de NCR\$ 600.000.
- 2) O Cons. Nac. de Serviço Social contribuindo com 50% da dotação extraordinária, somente.
- 3) As demais unidades orçamentárias oferecendo os respectivos valores, tendo em vista os compromissos já assumidos.

B - CONTENÇÃO DAS OUTRAS DOTAÇÕES

- 1) Não sofreram cortes os programas prioritários das Diretorias do Ensino Comercial, Ensino Industrial e Ensino Agrícola.
- 2) Dos programas prioritários atingidos pela contenção, 3 são do DNE, 4 da D.ES. e 3 da DESu.
- 3) As demais Unidades Orçamentárias, inclusive as Universidades Rurais, Escolas de Agronomia, Escolas isoladas de Ensino Superior e Órgãos de Cultura, ficaram isentas das medidas do artº 2º do Dec. 62.316, por motivo de terem dotações estritamente necessárias ao seu custeio.

4) Para as unidades orçamentárias anteriormente escolhidas, foram fixados os seguintes valores: NCR\$

- Cons. Nac. de Desportos.....	100.000
- Departamento de Administração.....	1.000.000
- Depart. Nac. de Educação.....	13.461.720
- Diretoria do Ensino Comercial.....	660.000
- Diretoria do Ensino Industrial.....	1.080.000
- Diretoria do Ensino Agrícola	200.000
- Diretoria do Ensino Secundário	3.108.500

APRESENTAÇÃO DO PLANO DE CONTENÇÃO DE 1968

- Diretoria do Ensino Superior	7.351.280
- Universidades	35.000.000
- Escolas Técnicas.....	1.337.052
- Esclarece-se que foi acertado o percentual de 9% com exceção da Universidade Federal de S. Paulo que contribuiu com NCR\$.....	
...2.540.000.	

CONSIDERAÇÕES FINAIS

1. A contribuição fixada por V.Exa. para o Departamento de Administração foi de NCR\$1.000.000.000.

Acontece que, levando-se em conta as ponderações do Diretor daquele Departamento, a Divisão de Orçamento sugere a redução para NCR\$ 100.000, da contribuição do D.A., pelos motivos que a seguir expõe:

- a) De sua dotação total, NCR\$5.896.000 são destinados ao pagamento de pessoal.
- b) Dos NCR\$3.364.271 restantes, referentes a Material de Consumo, Serviços de Terceiros, Encargos Diversos, Obras Públicas, Serviço em Regime de Programação Especial, Equipamentos e Instalações e Material Permanente, são destinados aos seguintes encargos:
 - Administração da sede do Ministério no Rio e em Brasília;
 - Serviços de transporte no Rio e em Brasília;
 - encargos da Divisão de Obras e da Divisão do Material.

Verifica-se assim, que suas dotações são insuficientes, pois os serviços que lhe são atribuídos são estritamente necessários e inadiáveis.

2. Da Universidade Federal de S. Paulo, solicita a D.O. que em vez de NCR\$ 4.000.000, sejam tirados apenas NCR\$ 2.540.000, reservando-se NCR\$ 1.460.000 para uma compensação necessária no futuro.

Após o detalhamento e as considerações finais do Plano de Contenção em aprêço, esperamos que o mesmo seja aprovado, não tanto pelo prazo de apresentação que se acha expirado, mas pelo modo de sua elaboração, que consideramos correto, pois foi executado, salvo pequenos acêrtos, dentro das determinações de V.Exa.

Édson Franco
Secretário Geral

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

QUADRO GERAL DO FUNDO DE CONTENÇÃO IMPOSTO PELO ART. 2º DO DEC. 62.316, DE 23 DE FEVEREIRO DE 1968
EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 1968

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA		DOTAÇÕES			CONTENÇÃO		
CÓDIGO	DENOMINAÇÃO	ADENDOS	OUTRAS DOT.	TOTAL	ADENDOS	OUTRAS DOT.	TOTAL
5.05.05	Conselho Nacional de Desportos	600.000	2.678.861	3.278.861	500.000	100.000	600.000
5.05.06	Conselho Nac. de Serviço Social:						
	Subvenções Ordinárias	40.164.200	-	-	-	-	-
	Subvenções Extraordinárias	24.457.000	478.578	65.099.778	12.228.500	-	12.228.500
5.05.10	Departamento de Administração	-	9.260.271	9.260.271	-	100.000	100.000
5.05.11	Departamento Nac. de Educação	10.464.000	160.392.863	170.856.863	2.000.000	13.461.720	15.461.720
5.05.12	Diretoria do Ensino Comercial	-	7.010.990	7.010.990	-	660.000	660.000
5.05.13	Diretoria do Ensino Industrial	9.840.000	21.204.025	31.044.025	5.990.851	-	5.990.851
	Órgãos Dependentes	-	30.612.697	30.612.697	-	1.343.931	1.343.931
5.05.14	Diretoria do Ensino Agrícola	5.998.000	19.415.000	25.413.000	2.999.000	201.000	3.200.000
5.05.15	Diretoria do Ensino Secundário	355.000	25.764.274	26.119.274	248.500	3.108.500	3.357.000
5.05.16	Diretoria do Ensino Superior	5.982.000	41.456.192	47.438.192	3.589.200	7.351.280	10.940.480
	Órgãos Dependentes	-	388.439.919	388.439.919	-	35.837.518	35.837.518
TOTAL DA CONTENÇÃO					27.556.051	62.163.949	89.720.000

Secretaria Geral
Divisão do Orçamento

SRLB/lis.

**REGIMENTO DAS COMISSÕES ESTADUAIS DO LIVRO TÉCNICO E DO
LIVRO DIDÁTICO (CELTEDEs)**

1. DAS FINALIDADES

Art. 1º - As Comissões Estaduais do Livro Técnico e do Livro Didático, CELTEDEs, instituídas pelo Colegiado da COLTED, têm por finalidades, cada uma em seu respectivo Estado ou Território e no Distrito Federal:

- a) levantar e manter atualizado cadastro das unidades escolares e dos alunos matriculados nos diversos cursos e séries;
- b) levantar os livros indicados pelos professores, nos diversos níveis de ensino, e proceder à sua apreciação;
- c) promover ampla divulgação dos objetivos, programa e atividades da COLTED;
- d) divulgar a bibliografia técnica e didática enviada pela COLTED;
- e) promover a realização de cursos de formação, de treinamentos, seminários, encontros etc., que visem o envolvimento e a integração da comunidade escolar no programa COLTED.

2. DA CONSTITUIÇÃO E DAS INDICAÇÕES

Art. 2º - Cada CELTED, nos Estados e nos Territórios e no Distrito Federal, será constituída por sete membros, no máximo, sendo três indicados pela Secretaria de Educação e três indicados pelo Conselho de Educação e um representante do Ministério da Educação e Cultura - COLTED, como Coordenador.

Art. 3º - As Secretarias e os Conselhos de Educação deverão indicar elementos de comprovada experiência e elevado nível técnico, ligados à educação.

Art. 4º - Nessas indicações as Secretarias e os Conselhos de Educação deverão levar em conta, ainda, os seguintes critérios:

- a) garantir a participação de professores dos três níveis do ensino e de técnicos;
- b) possibilitar a participação de representantes de entidades de classe do magistério;
- c) aproveitar aqueles elementos que colaboram na execução do programa COLTED e/ ou que participaram da(s) Semana(s) de Estudos por ela promovida(s).

Art. 5º - Para a consecução de suas finalidades, as CELTEDs poderão se valer da assessoria de professores e técnicos nos diversos ramos de ensino, assim como de universidades ou estabelecimentos isolados de ensino superior.

3. DO FUNCIONAMENTO

Art. 6º - As CELTEDs funcionarão em regime de colégio e serão coordenadas pelo representante do MEC - COLTED.

Art. 7º - Cada CELTED designará um Secretário, escolhido entre seus membros, não podendo o coordenador acumular esta função.

Art. 8º - As CELTEDs funcionarão junto à Secretaria de Educação, recebendo da mesma o apoio administrativo necessário à execução de seus trabalhos.

Art. 9º - As reuniões, tantas quantas necessárias para a execução do trabalho, realizar-se-ão com um número mínimo de quatro membros, incluindo o coordenador, devendo haver, pelo menos, um representante da Secretaria de Educação e outro do Conselho de Educação.

Art. 10º - As decisões serão tomadas por maioria de votos, cabendo ao representante do MEC - COLTED o voto de desempate.

Art. 11º - Os membros das CELTEDs receberão, por serviços especiais, remuneração fixada pela COLTED.

Art. 12º - As CELTEDs deverão atender às instruções da COLTED sobre os programas básicos de trabalho.

Art. 13º - As CELTEDs enviarão periodicamente à COLTED relatório sucinto de suas atividades.

4. DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 14º - A COLTED poderá baixar instruções complementares a este regimento, visando a atender às necessidades das CELTEDs.

Art. 15º - A indicação dos livros a serem distribuídos aos alunos será integrada a nível regional, imediatamente após a conclusão dos trabalhos nos Estados, em encontros promovidos pela COLTED, com representantes de cada CELTED e da Comissão Nacional de Seleção (CONSEL).

Art. 16º - A seleção final dos livros a serem distribuídos será feita pela Comissão Nacional de Seleção.

Art. 17º - A aquisição e a distribuição dos livros selecionados será feita sob a responsabilidade da COLTED.

5.05.00 - M E C - DIVISÃO DO ORÇAMENTO - D.O. - 1

DADOS RELATIVOS A PLANOS DE APLICAÇÃO DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS	SUBUNI- DADE	CLASSIFICAÇÃO		DOTAÇÃO	PROCESSO	APROVA- ÇÃO	SITUAÇÃO
		PROGRAMAÇÃO	RUBRICA				
21-Serv.de Radiofu- são Educativa	-	259.2.0807	3.1.3.0	80.000,00	214.081/68		p/aprovação
	-	259.2.0807	4.1.3.0	40.000,00	214.079/68		"
	-	268.2.0808	3.1.2.0	5.000,00	-		"
	-	268.2.0808	3.1.3.0	13.000,00	-		
		268.2.0808	3.1.4.0	4.000,00			
17-DPHAN		259.2.0790	4.1.2.0	2.000.000,00	210.323/68		"
25-INES		255.2.0833	4.1.2.0	330.000,00	210.328/68		"
20-S.N.TEATRO		259.2.0800	4.1.2.0	750.000,00	210.325/68		"
22-I.B.CONSTANT		255.2.0811	4.1.2.0	250.000,00	203.870/68		"
14-D.E.A.		256.1.0638	4.1.2.0	350.000,00	209.376/68		"
"		256.1.0639	4.1.2.0	241.000,00	209.375/68		"
"		256.1.0635	4.1.2.0	2.009.000,00	209.380/68		
"		256.1.0637	3.2.1.0	147.000,00	209.378/68	23/3/68	
"		251.2.0632	4.3.2.0	850.000,00	209.377/68	23/3/68	"
"		256.2.0634	3.1.4.0	100.000,00	209.383/68		"

UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS	SUBUNI DADE	CLASSIFICAÇÃO		DOTAÇÃO	PROCESSO	APROVA - ÇÃO	SITUAÇÃO
		PROGRAMAÇÃO	RUBRICA				
27-Ob.NACIONAL		269.2.0841	3.2.9.0	664.00	210.314/68		p/aprovação
35-Inst.Eletrô de técnico de Itajubá		254.2.0781	3.2.9.0	10.735,00	210.313/68		"
14-D.E.A		256.1.0636	3.1.4.0	400.000,00	209.381/68	26/3/68	"
"		251.2.0632	3.1.4.0	100.000,00	209.382/68	26/3/68	"
34-FAC.MEDICINA DO TRIANG. MINEIRO		254.2.0867	3.1.1.0	584.533,00	207.341/68	8/3/68	
		254.2.0867	3.1.2.0	20.000,00	207.341/68		
		254.2.0867	3.1.3.0	280.000,00	207.341/68		
		254.2.0867	3.1.4.0	2.000,00	207.341/68		
		254.2.0867	3.2.5.0	28.476,00	207.341/68		
		254.2.0867	3.2.9.0	2.137,00	207.341/68		
		254.1.0865	4.1.3.0	140.000,00			
		254.1.0865	4.1.4.0	20.000,00			
		254.1.0866	4.1.1.0	150.000,00			
36-FAC.ODONTOLOGIA DE DIAMANTINA		254.2.0872	3.1.1.0	221.356,00	205.184/68	26/3/68	"
		254.2.0872	3.1.2.0	15.000,00			
		254.2.0872	3.1.3.0	7.000,00			
		254.2.0872	3.1.4.0	3.000,00			
		254.2.0872	3.2.5.0	19.152,09			
		254.2.0872	3.2.9.0	1.450,00			
		254.2.0872	4.1.3.0	10.000,00			
		254.2.0872	4.1.4.0	8.000,00			

UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS	SUBUNI DADE	CLASSIFICAÇÃO		DOTAÇÃO	PROCESSO	APROVA - ÇÃO	SITUAÇÃO
		PROGRAMAÇÃO	RUBRICA				
11-DNE.	PNE				203.541/68		Diligência
10-D.A.					206.790/68		
15-DE.SEC.					213.210/68		
16-D.E.SUP	CAPES				210.331/68		
24-I.N.L.					210.327/68		
11-D.N.E	CASES				214.077/68		
01-G.M.					693/68		
21-S.R.E.					214.083/68		
21-S.R.E.					214.080/68		
11-D.N.E.	PNE				206.879/68		
23-I.N.E.P.					210.329/68		
21-S.R.E.					210.324/68		
11-D.N.E.	COLTED				209.657/68		
24-I.N.L.					210.326/68		
13-D.E.I.					208.864/68		

ORÇAMENTO DE AUTARQUIAS

EXERCÍCIO DE 1 968

AUTARQUIAS EDUCACIONAIS	PROCESSO	O B S E R V A Ç Õ E S
Universidade Fed. de Juiz de Fora	Nº 201 131/68	Encaminhado ao Min. Planejamento Coord. Geral
Instituto Nacional do Cinema	Nº 210 330/68	" " " " "
Inst. Joaquim Nabuco de Pesq. Sociais	Nº 210 330/68	" " " " "
Escola Ind. Federal do Ceará	Nº 211 705/68	" " " " "
Escola Fed. de Minas de Ouro Preto	Nº 211 706/68	" " " " "
Universidade Rural de Pernambuco	Nº 211 414/68	Em diligência
Universidade Fed. do R.G. do Norte	Nº 204 733/68	" "
Universidade Federal do Pará	Nº 207 562/68	" "
Universidade Fed. do R.G. do Sul	Nº 207 904/68	" "
Universidade Federal da Paraíba	Nº 201 004/68	" "
Universidade Federal de Santa Maria	Nº 203 074/68	" "
Universidade Fed. do Rio de Janeiro	Nº 207 320/68	✓ "
Universidade Federal do Esp. Santo	Nº 210 312/68	" "
Universidade Federal do Paraná	Nº 203 857/68	" "
Universidade Federal da Bahia	Nº 201 607/68	" "
Escola Ind. Federal do Piauí	Nº 206 902/68	" "
Escola Téc. Federal do Esp. Santo	Nº 213 413/68	" "